

# A CRUCIAL GAP



OS LIMITES AOS DADOS OFICIAIS SOBRE ATAQUES CONTRA DEFENSORES E POR QUE ISSO É PREOCUPANTE

**6%**  
Relatado  
contra o ODS 16.10.1



**94%**  
Não relatou  
contra o ODS 16.10.1

INTERNATIONAL  
**LAND**  
COALITION

ALLIANCE FOR LAND,  
INDIGENOUS AND  
ENVIRONMENTAL  
DEFENDERS

# O QUE SABEMOS

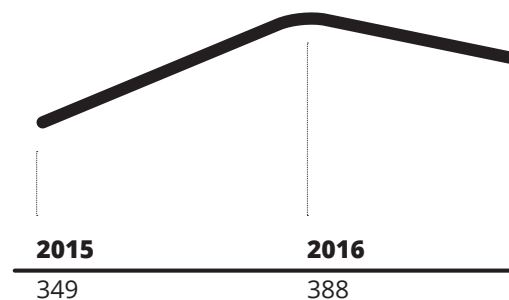
*Em 2019, o ano mais recente para o qual existem dados disponíveis, a ONU relatou que 357 defensores/as de direitos humanos foram mortos, cerca de metade dos quais poderiam ser considerados defensores dos direitos humanos, fundiários e ambientais*

Assassinatos por  
de DDHs em 2019, conforme coleta  
parceiros do Memorial do DDH



## 43 mulheres

## Assassinatos de DDHs em 2019 de acordo com o ACNUDH

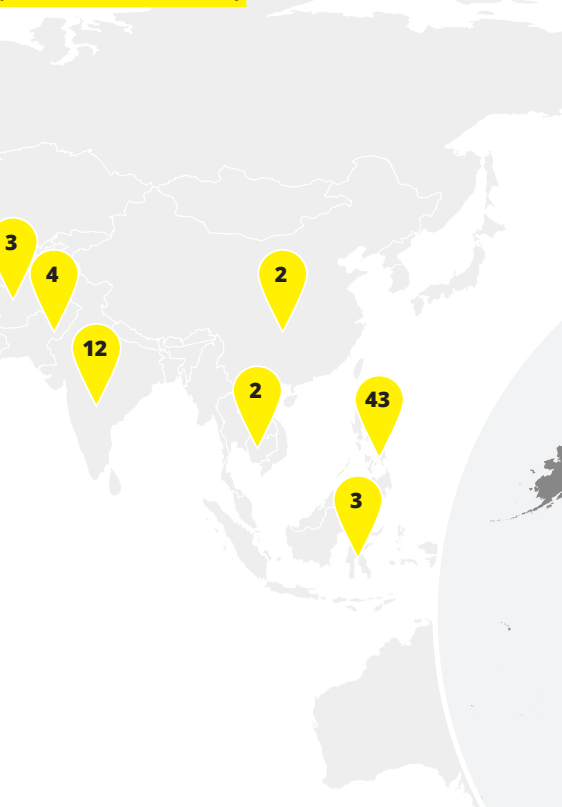


**Assassinatos de DDHs, de 2015 a 2019**  
**de acordo com o ACNUDH**

# O QUE ESTÁ SENDO RELATADO

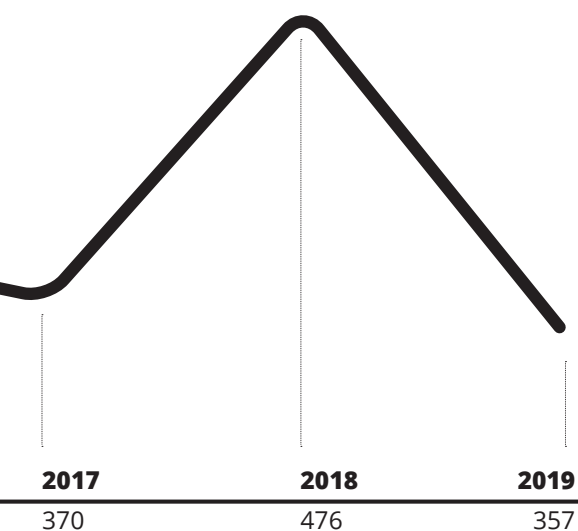
país  
dos e verificados pelos  
(relatados via FLD)

*Dos 162 países que enviaram VNRs desde 2015, somente três — menos de 2% — indicaram que pelo menos um DDH foi morto ou atacado. Sete países relataram nenhum caso e 94% dos países não relataram nada*



**somente 6%**

*dos países que enviaram  
VNRs relataram dados no  
ODS 16.10*



**94%**

*dos países que  
enviaram VNRs  
não relataram  
nada*

## ALLIANCE FOR LAND, INDIGENOUS AND ENVIRONMENTAL DEFENDERS



Business & Human Rights  
Resource Centre



FORD  
FOUNDATION



INTERNATIONAL  
**LAND**  
COALITION



Indigenous Peoples  
Rights International  
Championing Indigenous Peoples Rights



IWGIA



ISHR | INTERNATIONAL SERVICE  
FOR HUMAN RIGHTS



NATURAL  
JUSTICE



TÉCNICAS  
RUJAS



O conteúdo deste trabalho pode ser reproduzido, traduzido e distribuído livremente. Este trabalho não pode ser utilizado para objetivos comerciais. Para obter mais informações, entre em contato com [info@landcoalition.org](mailto:info@landcoalition.org) ou acesse: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

As opiniões expressas aqui são dos autores e das pessoas entrevistadas para este relatório. Elas não constituem posições oficiais da ILC.

Publicado em: Novembro de 2020. Design: [Federico Pinci](#).

# SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	7
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	8
<b>1</b> INTRODUÇÃO	11
<b>2</b> QUE ESTRUTURAS REQUEREM A PROTEÇÃO DE DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS?	14
<b>3</b> QUAIS MECANISMOS PODEM ATUAR COMO FONTES DE DADOS?	18
<b>4</b> QUAL É O STATUS DOS DADOS DO 16.10.1 E RELATÓRIOS POR MEIO DE VNRS?	25
<b>5</b> TRABALHANDO JUNTOS, PARA ONDE VAMOS A PARTIR DAQUI?	33



# RESUMO EXECUTIVO

A morte de um *defensor dos direitos humanos* (DDH) representa um ataque direto ao espaço cívico e uma agressão às liberdades fundamentais que fundamentam uma sociedade sustentável, inclusiva e pacífica.

Ela atinge o cerne da *Agenda 2030* e do *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas e, mais especificamente a **Meta 16.10**, que busca proteger as liberdades fundamentais.

O **Indicador 16.10.1**, que registra assassinatos e ataques a defensores de direitos humanos, inclusive jornalistas e sindicalistas, é o principal indicador do gozo global dessas liberdades fundamentais na estrutura dos ODS.

*No entanto, mais de seis anos após a Agenda 2030 ter sido adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, lacunas essenciais nos dados relatados pelo Estado prejudicam gravemente nossa capacidade de monitorar a situação dos DDHs, especialmente aqueles que protegem a terra, o meio ambiente e os direitos dos povos indígenas.*

*Em 2019, o ano mais recente para o qual existem dados disponíveis, a ONU relatou que 357 defensores de direitos humanos foram mortos*, e metade deles poderia ser considerada defensores dos direitos humanos fundiários e ambientais. Nesses casos, a violência foi motivada pelo fato de a vítima ter agido em defesa dos direitos de outrem, exercendo as liberdades fundamentais protegidas em tratados internacionais, acordos regionais e legislação nacional.

Dados oficiais sobre assassinatos, entretanto, permanecem extremamente limitados, enquanto *ainda menos dados estão disponíveis sobre ameaças físicas e de morte que frequentemente precedem ataques letais*. Embora a responsabilidade de proteger DDHs seja claramente do Estado, poucos países estão monitorando a situação de maneira adequada, se é que o fazem.

Por meio de uma revisão dos dados sobre o indicador 16.10.1 disponíveis no *Banco de Dados de Indicadores de ODS Globais* e uma avaliação das 195 *Revisões Nacionais Voluntárias* (VNRs) enviadas desde 2015 ao *Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável* (HLPF), A Crucial Gap documenta o estado de denúncias de ataques a defensores de direitos humanos, especificamente aqueles que trabalham com o meio ambiente, os povos indígenas e os direitos à terra, e examina possíveis caminhos para construir um conjunto de dados melhor que poderia informar melhores políticas baseadas em evidências e mecanismos de proteção.

## 357

**DDHs mortos em 2019**  
de acordo com a ONU

# PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1

*A ONU relata somente dados agregados regionalmente sobre o assassinato e desaparecimento aplicado de defensores de direitos humanos, desagregados por sexo; não há dados em nível de país ou informações sobre as fontes disponíveis.*

2

*A esmagadora maioria dos casos relatados de acordo com o ODS 16.10.1 vem de coletores de dados da sociedade civil e não de relatórios estatais ou mecanismos de direitos humanos. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) valida internamente os dados da sociedade civil, “oficializando-os” no processo.*

3

*É impossível identificar defensores de direitos humanos fundiários, ambientais e indígenas nos dados do 16.10.1, que não são desagregados para mostrar grupos, afiliações ou profissões específicas, apesar das indicações de que esses grupos representam metade de todos os casos.*

4

*Dos 162 países que enviaram VNRs desde 2015, somente três — menos de 2% — indicaram que pelo menos um DDH foi morto ou atacado. Sete países notificaram nenhum caso e 94% dos países não notificaram de todo.*

**94%**

*dos países não relataram nada*

*A tabela a seguir mostra os 14 países onde os dados em nível de país são conhecidos por serem relatados, seja por meio do processo de VNR ou pelo ACNUDH. Essa lista não reflete a qualidade, a representatividade ou a frequência dos dados que estão sendo relatados, mas indica os poucos países que estão relatando dados em nível de país.*

*As descobertas são extremamente preocupantes. Apesar do que sabemos ser uma situação urgente para defensores de direitos humanos, especialmente aqueles que trabalham pela defesa da terra, do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas,*

*a maioria dos Estados não está monitorando esses ataques de forma sistemática. Embora um punhado de instituições nacionais de direitos humanos (NHRIs) são avançados na coleta de dados, estes são uma minoria com boa equipe e mais recursos financeiros entre todos os NHRIs.<sup>1</sup> A Aliança Global de Institutos Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI) definiu a coleta de dados como uma prioridade em seu próximo Plano de Ação Global, vinculado à Declaração de Marrakech de 2018, mas o progresso será incremental e dependerá da implementação regional.*

<sup>1</sup> A GANHRI sublinha que as NHRIs com as quais trabalha estão, cada uma, em diferentes níveis de desenvolvimento e operações que respondem ao seu mandato e que estes são determinados pelo apoio que recebem, assim como pelas prioridades da administração. Algumas NHRIs, como as da Colômbia e do México, têm escritórios bem equipados e mecanismos de coleta de dados relativamente avançados. Nas Filipinas, a NHRI foi designada como a fonte oficial de dados no indicador 16.10.1, embora o processo ainda esteja em um estágio relativamente inicial. Outras NHRIs estão somente começando o processo de organização das informações que coletam, visando a possível criação de um banco de dados no futuro.



Aqueles que coletam e agrupam esses dados são os primeiros a reconhecer suas limitações: O ACNUDH, como o principal guardião dos dados sobre DDHs, destaca a necessidade de relatórios consistentes e tecnicamente comparáveis em nível de país. Desenvolveu um painel para relatar dados para este indicador e espera que nos próximos anos ele não mostre somente dados em nível de país, mas também diferentes categorias de DDHs, inclusive aqueles que trabalham com questões fundiárias e ambientais. Atualmente, está em processo de desenvolvimento de uma definição de trabalho de defensor fundiário e ambiental (LED), em conjunto com o Grupo de Trabalho de Dados ALLIED, que poderá ser integrada aos metadados 16.10.1, reconhecendo a vulnerabilidade específica deste grupo.

Mais trabalho precisa ser feito. Parcerias entre a sociedade civil, NHRIs e repartições governamentais, particularmente institutos nacionais de estatística (NSOs), são fundamentais, mas *os Estados precisam manter e atuar em sua responsabilidade como principais responsáveis pela proteção de liberdades fundamentais e de quem exerce seus direitos humanos de opinião, expressão, participação na vida pública e reunião pacífica*. Além disso, eles precisam proteger, reconhecer e apoiar os coletores de dados da sociedade civil, que estão realizando a maior parte desse trabalho e sendo direcionados para ele. Os compromissos assumidos em tratados internacionais, acordos regionais e legislações nacionais precisam ser respaldados por mecanismos eficazes de monitoramento e instituições independentes que gerem relatórios e dados sistemáticos sobre a situação dos DDHs.

	PAÍS	RELATADO
1	República Centro-Africana	VNR
2	Chile	VNR
3	Colômbia	ACNUDH
4	Fiji	VNR
5	Islândia	VNR
6	Quênia	ACNUDH
7	Maurício	VNR
8	México	ACNUDH
9	Mongólia	VNR
10	Nigéria	VNR
11	Palau	VNR
12	Filipinas	ACNUDH
13	Estado da Palestina	VNR
14	Uruguai	VNR

*Os Estados precisam desenvolver e manter mecanismos que colem e dados do relatório sobre os ataques contra defensores dos direitos humanos*

Esse compromisso deve ser refletido ainda mais no relatório à HLPF, o principal fórum para acompanhamento dos ODS.

Para fazer avançar a coleta e o monitoramento de dados sobre ameaças e ataques contra DDHs, o Grupo de Trabalho de Dados ALLIED apresenta as seguintes recomendações:

- *Os Estados precisam desenvolver e manter mecanismos que colem e relatem dados sobre ataques* contra DDHs, usando essas informações para informar políticas mais eficazes e mecanismos de proteção para reduzir os ataques a esses defensores.
- *As agências e órgãos denunciante precisam tornar o trabalho de grupos particularmente vulneráveis*, inclusive defensores de direitos humanos indígenas, ambientais e de terras, *mais visível*, destacando os problemas e desafios envolvidos neste trabalho e avaliando como os apoios existentes para esses grupos podem ser melhorados.
- *Em nível global, a ONU deve relatar dados em nível de país* sempre que esses dados estiverem disponíveis, reconhecendo as limitações dos dados, mas também destacando situações que são especialmente preocupantes, ao mesmo tempo em que reconhece os países relatores.
- *Os Estados devem desenvolver e apoiar as NHRIs que aderem aos Princípios de Paris*, promovendo seu papel como órgãos de monitoramento autorizados e independentes, engajados na coleta de dados com o apoio de órgãos estaduais, conforme descrito na Declaração de Marrakech.
- *Os Estados e as agências relatoras precisam reconhecer e proteger a importante função desempenhada pelo coletor de dados da sociedade civil*, envolvendo-os por meio de mecanismos oficiais de notificação e apoiando seu papel sustentado como assessores nesses processos.
- *Globalmente, é essencial desenvolver um banco de dados em conformidade com 16.10.1* que capture — de forma segura, participativa e inclusiva — os casos verificados de assassinatos, ameaças e ataques a defensores de direitos humanos, especialmente os defensores dos direitos fundiários, ambientais e dos povos indígenas, com dados gerados por diversos atores em vários níveis.
- *Os esforços internacionais para fazer avançar a Agenda 2030 devem levar em consideração os dados disponíveis (ou indisponíveis) por meio do indicador 16.10.1* ao fornecer ajuda ao desenvolvimento para os Estados e avaliar seu impacto, buscando abordar as causas básicas de esses ataques.

# INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, há um reconhecimento crescente das ameaças únicas, direcionadas e urgentes enfrentadas por indivíduos e comunidades que defendem terras, territórios, recursos naturais e o meio ambiente de forma mais ampla. Em sua análise global mais recente, *Front Line Defenders* (**FLD**) publicou os resultados do Memorial DDH, que estima que **69% dos 331 defensores dos direitos humanos (DDHs) mortos em 2020 trabalhavam em terras, povos indígenas e direitos ambientais**. O relatório da *Global Witness* "Defendendo amanhã" descobriu que **212 defensores de terras e ambientais foram mortos em 2019, uma média de mais de quatro pessoas por semana**. Dos 604 ataques a defensores de direitos humanos documentados pelo Business & Human Rights Resource Center (BHRRC) em 2020, 54% estavam relacionados à mineração, agronegócio, exploração madeireira e madeira, enfatizando o papel dos recursos fundiários e naturais nesses conflitos. Em seu relatório 2021, "Aviso final: ameaças de morte e assassinatos de defensores dos direitos humanos", Mary Lawlor, Relatora Especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, destaca que defensores dos direitos humanos ambientais, inclusive os povos indígenas, são particularmente vulneráveis à violência, sendo responsáveis por 50% das vítimas de assassinatos registrados pelo Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH) em 2019.

Embora o número de assassinatos registrados seja impressionante, a incidência de ameaças, assédio e outras formas de violência contra os defensores fundiários e ambientais (LEDs) é muito maior e foi exacerbada no contexto do COVID-19. Conforme destacado em casos coletados pelo Grupo de Trabalho de Dados da Aliança por Defensores Fundiários, Indígenas e Ambientais (ALLIED) durante cinco meses em 2020, o início da pandemia não diminuiu a taxa de ataques contra LEDs. Em vez disso, novos tipos de ataque surgiram e os povos indígenas ficaram particularmente expostos. Em muitos países, o movimento foi fortemente restringido, enquanto os governos ampliaram as leis de emergência que foram usadas para deter dissidentes. Em um momento em que o ativismo, a cobertura da mídia e as manifestações públicas eram limitados, as salvaguardas sociais e ambientais foram revertidas, novas concessões foram feitas, novos projetos foram desbravados e um número surpreendente de demolições, remoções forçadas e despejos ocorreram. Embora vários LEDs tenham perdido suas vidas para o próprio vírus, os ataques a esses indivíduos e suas comunidades representam um tributo secundário da pandemia.

A urgência da situação em torno dos DDHs é agravada pela falta de relatórios sistemáticos e dirigidos pelo Estado sobre os riscos que enfrentam e pela falta de dados sobre os ataques contra eles. As estatísticas oficiais sobre o número de DDH mortos a cada ano são extremamente limitadas, e dados sobre como essas mortes estão ligadas a não ataques letais e ameaças são ainda mais restrito.

## 212

*defensores fundiários e ambientais foram mortos em 2019, uma média de mais de 4 pessoas por semana*

*Apesar do amplo reconhecimento do fato de que a maioria dos ataques a defensores dos direitos dos povos indígenas, ambientalistas e a maioria dos ataques, sua situação permanece invisível nos números oficiais.*

Essas limitações são refletidas no relatório do indicador de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.10.1, onde o custodiante internacional do ACNUDH, junto com a UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), têm relatado dados globais e regionalmente agregados sobre casos de assassinatos de defensores de direitos humanos, jornalistas e sindicalistas.

O indicador apresenta dados coletados por meio de mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos, mas também conta com organizações globais da sociedade civil (OSC). A cobertura de dados permanece muito desigual para relatar resultados em nível nacional e não desagrega populações, etnias ou grupos específicos.

*Apesar do amplo reconhecimento do fato de que a maioria dos ataques a defensores dos direitos dos povos indígenas, ambientalistas e a maioria dos ataques, sua situação permanece invisível nos números oficiais.*

Este relatório avalia o estado dos dados oficiais relatados no indicador ODS 16.10.1, particularmente no que se refere a assassinatos, ameaças e ataques a LEDs. Ele busca refletir amplamente sobre a vontade política atual e a capacidade dos atores estatais de monitorar, documentar e relatar ataques a DDHs.

A seção 2 considera os marcos que orientam a proteção das liberdades fundamentais e dos defensores desses direitos, os fóruns onde se informam os avanços e os indicadores utilizados como medida.

A seção 3 analisa fontes de dados oficiais e relatórios relacionados ao indicador 16.10.1.

A seção 4 avalia os dados disponíveis para o 16.10.1 e relata os indicadores 16.a, 16.a.1, 16.10 e 16.10.1 a Revisões nacionais voluntárias (VNRs).

A seção 5 examina as parcerias que estão sendo construídas em vários setores, inclusive órgãos governamentais, institutos nacionais de direitos humanos (NHRIs) e atores da sociedade civil, com a esperança de monitorar melhor a situação dos DDHs, inclusive aqueles que protegem a terra e o meio ambiente.

A análise neste relatório se baseia fortemente em duas fontes de informações disponíveis publicamente: o Banco de Dados de Indicadores ODS Global, que contém todos os dados oficialmente relatados para o ODS 16.10.1 e o banco de dados de Avaliações Nacionais Voluntárias enviadas entre 2015 e 2020 ao Alto Fórum político em nível de desenvolvimento sustentável (HLPF). Um total de 195 relatórios foram revisados de 162 países.<sup>2</sup> Além disso, o relatório inclui pesquisas extraídas de materiais disponíveis ao público sobre a morte de LEDs, relatórios e notas emitidos por Relatores Especiais e dados disponíveis de grandes coletores de dados da sociedade civil global. Finalmente, ele se baseia em discussões com as principais partes interessadas, inclusive representantes do ACNUDH, a Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI) e o Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos (DIHR).

2 Devido a restrições de recursos, a revisão foi limitada a países que tinham relatórios disponíveis em inglês, francês e espanhol, enquanto pesquisas limitadas de palavras-chave foram feitas em relatórios em árabe. Os relatórios parecem ter sido enviados, mas não estavam disponíveis nos seguintes países: Barbados, China, República Popular Democrática da Coreia, Djibouti, Kiribati, Namíbia, Nauru e São Vicente e Granadinas. Devido a limitações de idioma, não foi possível incluir a VNR enviada pela Bielorrússia.

Para os objetivos deste relatório, usamos o termo “defensores fundiários e ambientais”, foi abreviado como **LEDs**, que é usado pelo *Grupo de Trabalho de Dados da ALLIED* e que abrange indivíduos, organizações e comunidades que promovem e defender pacificamente os direitos humanos em relação à terra, territórios, recursos naturais, meios de subsistência e clima. Em outros contextos, são chamados de “defensores dos direitos humanos ambientais”, “defensores dos direitos ambientais” ou mesmo “ativistas ambientais”. Conforme observado por Michel Forst, ex-Relator Especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, em seu *relatório de 2016*, defensores fundiários e ambientais são “definidos acima de tudo pelo que fazem”.

Trabalhando como jornalistas, ativistas, advogados ou líderes comunitários, eles podem nem mesmo se definir como defensores, embora suas ações busquem proteger os direitos ambientais e fundiários.

# 2 QUE ESTRUTURAS REQUEREM A PROTEÇÃO DOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS?

*Esses defensores têm um papel fundamental na realização dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.*

Há uma série de estruturas existentes que fornecem orientação sobre responsabilidades e deveres relacionados ao monitoramento de DDHs, especificamente aqueles que protegem a terra e o meio ambiente.

No nível mais alto, a função principal do Estado de proteger os direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal está consagrada na ***Declaração Universal dos Direitos Humanos***, ratificado em 1948.

A ***Declaração sobre os Defensores dos Direitos Humanos*** (a Declaração), aprovada por consenso na Assembleia Geral em 1998, destaca que a responsabilidade primária para promover, proteger e implementar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais cabe ao Estado.

Embora a Declaração em si não seja juridicamente vinculativa, ela reflete os princípios e direitos presentes em instrumentos juridicamente vinculativos, como o ***Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP)*** e o ***Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)***.

A Declaração enfatiza:

- Os defensores dos direitos humanos são indivíduos ou grupos que agem para promover, proteger ou lutar pela proteção e realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por meios pacíficos.

- Esses defensores têm um papel fundamental na realização dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos tratados juridicamente vinculativos do sistema internacional de direitos humanos.

- A Declaração representa uma mudança de paradigma: ela se dirige não somente aos Estados e defensores de direitos humanos, mas a todos, enfatizando o papel que todos devemos desempenhar no movimento global de direitos humanos para tornar os direitos humanos uma realidade para todos.

Especificamente, conforme observado por Forst (2016), a Declaração “reconhece a legitimidade da defesa dos direitos ambientais ao reconhecer o ‘valioso trabalho’ dos defensores dos direitos humanos na eliminação das violações, inclusive aquelas resultantes da ‘recusa em reconhecer o direito de povos à autodeterminação e ao direito de todos os povos de exercer plena soberania sobre suas riquezas e recursos naturais’”.

Os ***Princípios Orientadores da ONU sobre Negócios e Direitos Humanos*** também reconhecem o papel crítico e a importância dos DDHs no contexto dos impactos relacionados aos negócios sobre direitos humanos. Os Princípios Orientadores enfatizam o papel fundamental que

desempenham nos processos de devida diligência de direitos humanos e em permitir que as empresas se envolvam e compreendam as preocupações dos detentores de direitos afetados. O comentário ao Princípio Orientador 26, sobre mecanismos judiciais eficazes com base no Estado, também esclarece que os Estados devem assegurar que “as atividades legítimas e pacíficas dos defensores dos direitos humanos não sejam obstruídas”. Além disso, uma série de Planos de Ação Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos (NAPs) reconhecem o papel dos DDHs.

Em 2019, o *Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC)* reafirmado na **Resolução 40/11** o “papel positivo, importante e legítimo desempenhado pelos defensores dos direitos humanos em relação à promoção e proteção dos direitos humanos no que se refere ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável”. Além disso, observou que, apesar de mais de 150 Estados reconhecerem alguma forma de direito a um meio ambiente saudável, os defensores de direitos humanos ambientais continuam a ser os mais expostos e em risco. A Resolução destacou a importância da igualdade de gênero e as formas múltiplas e cruzadas de violência perpetrada contra mulheres DDHs, povos indígenas, crianças, minorias e comunidades rurais e marginalizadas.

Além de delinear um dever claro e a necessidade de proteger DDHs e LEDs especificamente, uma série de mecanismos de direitos humanos, planos de ação e estruturas de desenvolvimento também fazem apelos explícitos para o monitoramento da situação dos DDHs, a fim de protegê-los de ataques estatais e não atores estatais.

Em 2018, a Declaração de Marrakech sublinhou o importante papel das NHRIs independentes e eficazes no monitoramento do espaço cívico e na promoção e proteção dos DDHs. Especificamente, a Declaração de Marrakech apela às NHRIs para “monitorar e relatar o espaço cívico — on-line e off-line — por meio da coleta e análise de dados desagregados [...] de acordo com o indicador ODS 16.10.1”. Esse apelo para que as NHRIs se engajem ativamente na coleta de dados será incorporado ao Plano de Ação Global atualmente em desenvolvimento pela GANHRI.

As Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse (VGGTs), endossadas em 2012 pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS), estabelecem uma série de metas de longo alcance destinadas a orientar os governos à medida que garantem os direitos das pessoas de possuir e acesso à terra, floresta e pesca. No Artigo 4.8, os VGGTs pedem explicitamente aos Estados que respeitem e protejam os direitos civis e políticos dos DDHs, inclusive os direitos humanos dos camponeses, povos indígenas, pescadores, pastores e trabalhadores rurais. Além disso, os Estados são chamados a cumprir suas obrigações de direitos humanos em situações que envolvam indivíduos e associações atuando em defesa da terra, da pesca e das florestas.

**Apesar de mais de 150 Estados reconhecerem alguma forma de direito a um ambiente saudável, DDH ambientais continuam a ser os mais expostos e em risco.**

# DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS NOS ODS

*... promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.*

## ODS 16

Os ODS, aprovadas em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas fornecem o mais conhecido roteiro internacionalmente reconhecido para um futuro mais sustentável. A estrutura ampla é baseada em **17 metas interligadas**, posteriormente divididas em **169 metas acionáveis** e **231 indicadores exclusivos**. A Agenda 2030 é um plano de ação autodescrito para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal e liberdades maiores. Essa última parte é refletida especificamente nos **ODS 16**, que buscam *"promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso a justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis"*.

Em uma diferença significativa de seus predecessores, as Metas de Desenvolvimento do Milênio (**MDM**), os ODS incluem uma chamada explícita para coleta de dados e, para indicadores de **Nível I** e **Nível II**, fornecem metodologias estabelecidas e internacionalmente aceitas usadas para coletar dados.

Entre as metas estabelecidas na Agenda 2030, que contribuiriam para alcançar os **ODS 16**, está a **Meta 16.10**: *"assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais"*. Pesquisa realizada pelo DIHR destaca a centralidade da **Meta 16.10** para alcançar os **ODS 16**, observando links para pelo menos 17 instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos. A **Meta 16.10** está intimamente ligada ao desenvolvimento de um ambiente seguro e favorável para defensores de direitos humanos, definido pelo ACNUDH como um ambiente apoiado por uma estrutura legal nacional robusta, baseada na legislação internacional de direitos humanos.

Liberdades de opinião e expressão, associação e reunião pacífica, e o direito de participar nos assuntos públicos são direitos que permitem às pessoas se mobilizarem para uma mudança positiva. Todos, individualmente ou em associação com outros, devem aproveitar desses direitos.

Existem dois indicadores vinculados à **Meta 16.10**: o **indicador 16.10.1**, que se concentra em assassinatos, desaparecimentos aplicados ou ataques a defensores de direitos humanos, jornalistas e sindicalistas e o **indicador 16.10.2**, que se concentra nas garantias legais de acesso à informação.

O **indicador 16.10.1** é considerado especialmente relevante para o cumprimento da **Meta 16.10**, pois está intimamente ligado às obrigações descritas em compromissos de direitos humanos assumidos pelos Estados. A justificativa para o indicador, delineada nos metadados, afirma que *"visa medir o gozo das liberdades fundamentais [...] com base na premissa de que assassinato, desaparecimento aplicado, tortura, detenção arbitrária, sequestros e outros atos nocivos contra jornalistas, sindicalistas e defensores dos direitos humanos têm um efeito inibidor no exercício dessas liberdades fundamentais"*.



Embora a importância e as implicações do indicador **16.10.1** sejam claras, não são sem limitações. Como o DIHR observou, o **16.10.1** é um indicador de resultado que é potencialmente *“lento e menos sensível à captura de mudanças momentâneas”*. Além disso, **o indicador não captura todos os abusos ou violações perpetradas contra DDHs**, mas um conjunto reduzido de categorias, inclusive assassinatos, sequestros, desaparecimentos aplicados, detenção arbitrária e tortura.<sup>3</sup>

Por fim, o DIHR indica limites para os dados existentes, que são discutidos com mais detalhes na seguinte seção. Para fortalecer o monitoramento no **16.10**, o DIHR recomenda processos participativos e inclusivos de monitoramento do **16.10.1** e a criação de um ecossistema de dados para fechar as lacunas de dados e sugere o desenvolvimento de indicadores complementares. O DIHR está trabalhando atualmente com o ACNUDH e um grupo de referência de especialistas de 20 organizações e instituições para desenvolver uma ferramenta de monitoramento online usando estrutura adicional e indicadores de processo para contextualizar o **16.10.1**, que seria incluído como um indicador de resultado.

Embora o **16.10.1** represente somente a ponta do iceberg, já que não é um indicador construído para capturar os aspectos estruturais e procedimentais de um ambiente seguro e favorável para Defensores de direitos humanos, no entanto, representa um conjunto de dados essencial que captura a violência contínua perpetrada contra aqueles que defendem o direito às liberdades fundamentais.

O monitoramento sistemático desses ataques é um primeiro passo essencial para compreender melhor esses padrões de violência e criar políticas, proteções e ambientes que os evitem.

Conforme a Relatora Especial Mary Lawlor observou em seu relatório de 2019, *“não há ataque mais direto ao espaço da sociedade civil do que a morte de defensores dos direitos humanos”*.

***Não há ataque mais direto ao espaço da sociedade civil do que a morte de defensores dos direitos humanos***

**Mary Lawlor,**  
Relatora Especial

3 Nos metadados do 16.10.1, o ACNUDH, a OIT e a UNESCO observaram que o trabalho para refinar a formulação atual do indicador inclui a seguinte linguagem, que expande o escopo dos ataques cobertos pelo indicador: “Número de casos verificados de assassinato, desaparecimento aplicados, tortura, detenção arbitrária, sequestro e outros atos prejudiciais contra jornalistas, sindicalistas e defensores dos direitos humanos”.

# 3 QUAIS MECANISMOS PODEM SERVIR COMO FONTES DE DADOS?

*Informações que eles são capazes de agrupar só dá uma imagem muito limitada da violência contra defensores dos direitos humanos*

Esta seção examina uma série de fontes potenciais que poderiam fornecer os dados buscados no indicador 16.10.1.

Ele se concentra nas fontes listadas nos metadados 16.10.1 e explora por que, embora os guardiões do indicador listem uma riqueza de fontes para esses dados, as informações que eles são capazes de coletar dessas fontes fornecem somente um quadro muito limitado de violência contra DDHs e por que os dados oficiais relatados para o 16.10.1 permanecem extremamente limitados.

Em seu arquivo de metadados, atualizado pela última vez em 2018, o indicador 16.10.1 é o seguinte: *“Número de casos verificados de assassinato, sequestro, desaparecimento aplicados, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal da mídia associada, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos 12 meses anteriores”*.

O ACNUDH, a *Organização Internacional do Trabalho (OIT)* e a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)* atua como custodiantes conjuntos do indicador 16.10.1, com responsabilidades divididas entre os tipos de dados que ele inclui. Em geral, o ACNUDH tem a tarefa de coletar dados do sistema da ONU, enquanto a OIT trabalha com dados de seu *Comitê de Liberdade de Associação (CFA)*, entre outros, e a UNESCO coleta dados sobre a morte de jornalistas, trabalhadores da mídia e produtores de mídia social.

Este relatório, com seu foco nos defensores dos direitos humanos e, especificamente, aqueles que defendem a terra e o meio ambiente, examina em particular as fontes que contribuem com dados coletados pelo ACNUDH, passando dos níveis globais para os nacionais.

## FONTES DE DADOS

O Indicador 16.10.1 usa dados de diversas fontes e relatados em diferentes níveis.

Uma lista dessas fontes oficiais, extraída dos metadados 16.10.1, é fornecida na Tabela 1. Eles incluem órgãos com mandato global, regional e nacional, assim como mecanismos e instituições de direitos humanos que geram e mantêm dados administrativos. No entanto, embora haja uma série de fontes de dados potenciais para o indicador 16.10.1, como será visto com mais profundidade abaixo, há também uma série de desafios que limitam o uso de dados dessas fontes e que tornaram 16.10.1 amplamente dependente sobre a coleta de dados por atores da sociedade civil.

Tabela 1: Fontes oficiais de dados listados nos metadados para o indicador ODS 16.10.1

MECANISMOS GLOBAIS	
ACNUDH	Trabalho de monitoramento do ACNUDH
	Procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos
	Sistema de relatórios de órgãos de tratado
	Comunicados à imprensa e declarações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
	Outros relatórios e publicações, como o relatório do Secretário-Geral da ONU sobre represálias
ILO	Outros relatórios e publicações obrigatórias
	Casos analisados pelo Comitê de Liberdade Sindical
UNESCO	Outros relatórios e publicações obrigatórias
	Assassinatos de jornalistas condenados pelo Diretor-Geral da UNESCO
Mecanismos regionais	
	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
	Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos da ASEAN
	Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
	Comissário do Conselho da Europa para os Direitos Humanos
Mecanismos nacionais	
	Instituições nacionais de direitos humanos (NHRIs)
	Mecanismos nacionais de monitoramento e proteção para jornalistas, sindicalistas e/ou defensores de direitos humanos
	Instituições do setor de justiça, como Ministérios da Justiça, do Interior, etc.
	Escritórios nacionais de estatística (NSOs) em seu papel geral de coordenação dos sistemas estatísticos nacionais

Fonte: Metadados ODS 16.10.1.

A ONU como um todo e o ACNUDH realizam especificamente várias formas de monitoramento de direitos humanos, levantamento de fatos e investigações que podem contribuir com dados para o indicador 16.10.1. A maior parte desse trabalho do ACNUDH é realizada por entidades da área, diretamente relacionadas ao mandato do Alto Comissariado. Uma série

de mecanismos e atividades importantes reforça o monitoramento geral que está sendo feito pelo ACNUDH.

**134**  
líderes sociais ou  
comunitários e defensores  
de direitos humanos  
foram mortos na  
Colômbia em 2016  
e mais 58 até agosto de  
2017 de acordo com  
a Ouvidoria

*“... os números não podem ser facilmente usados para explorar tendências nas violações dos direitos fundamentais dos defensores dos direitos humanos.”*

**Kathryn Sikkink**

## PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

“Procedimentos especiais” é o nome geral dado aos mecanismos estabelecidos pelo CDH para tratar de questões específicas. Incluem **Relatores Especiais** e **Grupos de Trabalho**, que são especialistas e pequenos comitês, respectivamente, indicados por o HRC para investigar e monitorar questões específicas. Eles recebem comunicações e agem sobre elas, fazendo visitas aos países e frequentemente pedindo aos governos que forneçam mais informações ou que resolvam a situação em questão. Particularmente relevantes para monitorar a situação dos defensores fundiários e ambientais são o **Relator Especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos** e o **Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Seu trabalho, além do de Grupos de Trabalho específicos voltados para detenção arbitrária e desaparecimentos aplicados, representa uma fonte potencial de informação para o ODS 16.10.1.

Existem, no entanto, limitações aos dados que podem ser extraídos deste importante trabalho de monitoramento. Como Kathryn Sikkink (2018), uma acadêmica de direitos humanos, observa em sua contribuição para *“Rising to the Populist Challenge: A New Playbook for Human Rights Actors”*, cada Relator Especial tem diferentes níveis de apoio e as informações contidas nesses relatórios costumam ser diferentes. A falta de relatórios padronizados torna difícil comparar os dados ao longo dos anos ou identificar padrões na violência relatada.

Conforme destacado por Sikkink, “os números não podem ser facilmente usados para explorar tendências nas violações dos direitos fundamentais dos defensores dos direitos humanos”; essa falta de relatórios padronizados poderia ser considerada quando se buscasse melhorar a utilidade e eficácia dos relatórios emitidos por Relatores Especiais, também tendo em vista o 16.10.1.

## RELATÓRIOS BASEADOS EM TRATADOS

Os relatórios baseados em tratados são outra fonte potencial significativa de dados, já que os relatórios regulares dos Estados são obrigatórios de acordo com os seis instrumentos internacionais de direitos humanos listados na **Tabela 2**. Para cada instrumento, um comitê foi criado com a tarefa explícita de monitorar a implementação. Os comitês monitoram principalmente a implementação desses tratados, exigindo que os Estados apresentem relatórios periódicos sobre eles. Embora as informações relatadas por meio de órgãos de tratados sejam relevantes e uma fonte potencial de dados para o indicador 16.10.1, os relatórios não são apresentados pelos Estados todos os anos e as observações finais emitidas pelos comitês, em resposta aos relatórios, cobrem uma ampla gama de assuntos. Os comitês também podem emitir comentários gerais, fornecendo orientação a um país sobre questões específicas. Embora os relatórios apresentados pelos Estados possam fornecer informações sobre ataques contra defensores dos direitos humanos, as observações e comentários emitidos pelos órgãos do tratado são mais propensos a fornecer informações sobre quais políticas e medidas administrativas podem ser necessárias para criar um ambiente seguro e favorável para os defensores dos direitos humanos. Existem tentativas em andamento para agilizar o trabalho de monitoramento que está sendo feito por órgãos de tratados e alinhá-los ainda mais com procedimentos especiais e com *Revisões Periódicas Universais (UPRs)*.

**Tabela 2:** Resumo dos seis principais instrumentos de direitos humanos e requisitos de relatórios

INSTRUMENTO	REQUISITOS DE RELATÓRIOS
<i>Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP)</i>	Relatório inicial dentro de um ano após a entrada em vigor; relatórios a cada cinco anos a partir de então
<i>Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD)</i>	Relatório inicial dentro de dois anos após a entrada em vigor; relatórios a cada cinco anos a partir de então
<i>Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)</i>	Relatório inicial dentro de um ano após a entrada em vigor; relatórios a cada dois anos a partir de então (e sempre que solicitado pelo comitê)
<i>Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)</i>	Relatório inicial dentro de um ano após a entrada em vigor; relatórios a cada quatro anos a partir de então (e sempre que solicitado pelo comitê)
<i>Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT)</i>	Relatório inicial dentro de um ano após a entrada em vigor; relatórios a cada quatro anos a partir de então
<i>Convenção sobre os Direitos da Criança (UNCRC)</i>	Relatório inicial dentro de dois anos após a entrada em vigor; relatórios a cada cinco anos a partir de então

**Fonte:** Série de documentação e monitoramento de direitos humanos da Huridocs: O que é monitoramento?

## REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL

O *processo de UPR* é outro mecanismo de relatório exclusivo do HRC, que oferece aos Estados a oportunidade de explicar como estão cumprindo suas obrigações de direitos humanos e de passar por uma revisão por pares por outros Estados. Os relatórios pré-comentário enviado ao **Grupo de Trabalho de UPR** geralmente incluem um relatório nacional elaborado pelo Estado em causa, uma outra avaliação preparado pelo ACNUDH usando informações de órgãos de tratados e procedimentos especiais e um comentário preparado pelo ACNUDH com a sociedade civil. No final da revisão do Grupo de Trabalho de UPR, um documento final resume todas as perguntas, comentários e recomendações para o Estado em questão. Embora as recomendações se refiram a casos e situações específicas, os documentos preparados antes da revisão podem incluir números relatados pelo Estado pertinentes o 16.10.1. Por exemplo, em sua documentação de 2018 apresentada antes da UPR da Colômbia, a Ouvidoria confirmou que 134 líderes sociais ou comunitários e defensores de direitos humanos foram mortos na Colômbia em 2016 e que até agosto de 2017 outro 58 assassinatos de líderes sociais e defensores de direitos humanos já haviam sido relatados.

*Também foram documentados outros 500 casos de ameaças contra líderes sociais e defensores de direitos humanos, 61 deles com ameaças contra grupos.*

Embora os Estados, NHRIs e outros atores possam usar o processo de UPR para relatar casos de assassinatos, ataques e ameaças aos defensores, o fato de esses relatórios serem enviados somente a cada quatro anos e meio limita seu valor imediato como fonte de dados para o indicador ODS 16.10.1.

Ainda que o 16.10.1 exija dados quantitativos, os mecanismos de relatórios globais estão produzindo uma grande quantidade de dados qualitativos por meio de relatórios, recomendações e análises dos países. Embora esses dados não possam informar diretamente o indicador 16.10.1, eles contribuem para nossa compreensão do progresso em direção à meta 16.10 e os desafios enfrentados em alguns países. Pesquisa realizada pelo DIHR, disponível publicamente por meio do [\*SDG Human Rights Data Explorer\*](#), determinou que *até fevereiro de 2021, mais de 9.100 recomendações relacionadas ao ODS 16.10 foram protocoladas por meio de UPRs, órgãos de tratado e procedimentos especiais. Dessas, pelo menos 1.906 recomendações estavam relacionadas aos defensores dos direitos humanos.*

30

**DDHs assassinados em 2020** de acordo com o estado do Relatório Anual de Atrocidades do México

## MECANISMOS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Além do sistema de tratados e instituições estabelecido pela ONU, várias organizações intergovernamentais regionais estabeleceram suas próprias estruturas para a proteção dos direitos humanos.

Três regiões — Américas, África e Europa — têm órgãos intergovernamentais que elaboraram convenções regionais sobre direitos humanos e órgãos de implementação que monitoram o cumprimento por parte dos Estados.

**Américas:** Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

■ De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Carta da Organização dos Estados Americanos (Carta da OEA), a CIDH:

- Recebe petições individuais de qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade não governamental;
- Recebe reclamações interestaduais por meio de processo de declaração específico;
- Monitora a conformidade do Estado, conduzindo investigações e publicando relatórios.

**África:** Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR)

- Nos termos do Estatuto Africano, a ACHPR:
  - Recebe queixas interestaduais de partes estaduais, e também comunicações de não partes do Estado;
  - Recebe relatórios periódicos a cada dois anos dos Estados Partes do Estatuto Africano dos Direitos Humanos.

**Europa:**

Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (ECHR)

- Nos termos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, o ECHR:
  - Recebe e examina reclamações e solicitações interestaduais de qualquer pessoa, organização não governamental (ONG) ou grupo de indivíduos que afirmam ser vítimas de uma violação pelas partes da Convenção.

Outros órgãos regionais mais novos e menos avançados foram formados na Ásia e na região árabe com mandatos para monitorar os compromissos de direitos humanos assumidos pelas partes membros.

**Ásia:**

- Em 2009, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) estabeleceu a Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos da ASEAN que, por sua vez, em 2012, adotou a Declaração de Direitos Humanos da ASEAN.
- Associação para Cooperação Regional da Ásia do Sul (SAARC).

**Região árabe:**

- Em 2011, a Organização de Cooperação Islâmica (OIC) criou a Comissão Permanente Independente de Direitos Humanos (IPHRC) para monitorar os compromissos de direitos humanos dos Estados membros.

Os mecanismos regionais de direitos humanos recebem relatórios periódicos dos Estados membros que lhes permitem monitorar a situação dos DDHs.

Em seu relatório anual, por exemplo, a CIDH observou que o **México** havia relatado, em seu Relatório Anual de Atrocidades, o assassinato de 30 defensores de direitos humanos em 2020, dos quais sete pertenciam à comunidade LGBT e seis a comunidades e povos indígenas, enquanto quatro eram defensores do meio ambiente. O México informou ainda que o Mecanismo Nacional de Proteção para Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas, criado em 2012, estava ajudando 1.313 pessoas, 887 delas DDHs. A CIDH também observou que em 2020, a **Colômbia** relatou a morte de 53 DDHs. Embora os critérios usados pelos governos do México e da Colômbia para relatar essas mortes possam ser contestados, o fato de eles estarem monitorando a situação dos defensores de direitos humanos e, em ambos os casos, desagregando informações sobre essas mortes para explicar grupos específicos de defensores os coloca entre um pequeno grupo minoria de Estados ativamente engajada na coleta de esses dados.

## INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

As NHRIs desempenham um papel fundamental na promoção e no monitoramento da implementação efetiva dos compromissos de direitos humanos em nível nacional. Essas instituições ocupam posição de destaque entre a sociedade civil e os órgãos governamentais responsáveis pela proteção e implementação das convenções de direitos humanos ratificadas pelo Estado. Os Princípios de Paris, endossados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993, são um conjunto de normas destinadas a orientar o trabalho de NHRIs independentes e eficazes. A GANHRI, em colaboração com o ACNUDH, classifica os NHRIs com status “A” ou “B”, refletindo o grau em que estão em conformidade com os Princípios de Paris.

As NHRIs podem servir como uma fonte potencialmente importante de dados para o ODS 16.10.1, embora globalmente as capacidades e compromissos que assumiram variem amplamente. Um pequeno número de NHRIs coleta dados sistematicamente, mas essas instituições geralmente contam com mais pessoal e têm recursos dedicados para realizar esse monitoramento. Na Declaração de Marrakech de 2018, aprovada na 13.ª Conferência Internacional de GANHRI no **Marrocos**, a aspiração de desenvolver a capacidade dos NHRIs como coletores de dados, especificamente tendo em vista o 16.10.1, foi explicitada. Os membros resolveram:

*Monitorar e relatar no espaço cívico — on-line e off-line — por meio da coleta e análise de dados desagregados, inclusive desagregação baseada em gênero e estatísticas relacionadas a assassinatos, acusações legais fabricadas, uso indevido de leis específicas e outros ataques contra defensores dos direitos humanos, jornalistas e sindicalistas, advogados, estudantes, acadêmicos, em linha com o indicador ODS 16.10.1.*

A intenção de desenvolver a capacidade do NHRIs para coletar dados para o 16.10.1 é ainda mais reforçada no Plano de Ação Global, que está sendo desenvolvido pela GANHRI em colaboração com o ACNUDH, como um guia para apoiar a implementação da Declaração de Marrakech. Ao criar o Plano de Ação Global, a GANHRI enfatiza que as NHRIs expressaram uma necessidade clara e urgente de melhorar suas capacidades de coleta de dados tendo em vista seu trabalho mais amplo de monitoramento e investigação de casos de violações de direitos humanos.

## 3.437

**denúncias de violações de direitos humanos no Quênia, de acordo com o Sistema de Gestão de Reclamações da KNCHR**

Em uma avaliação com base nas necessidades que incluiu uma pesquisa realizada por 45 NHRIs e entrevistas aprofundadas com cerca de 20 instituições, a GANHRI observou que o monitoramento e os dados emergiram como prioridades claras. O trabalho está sendo feito pelo DIHR continuará a apoiar este plano de ação global; todas essas atividades visam a uma nova declaração liderada pelo Estado apoio.

Em alguns casos, parcerias desse tipo já estão surgindo. Desde 2017, com uma doação fornecida pelo ACNUDH, a *Comissão Nacional de Direitos Humanos do Quênia (KNCHR)* tem trabalhado em conjunto com o *Departamento Nacional de Estatísticas do Quênia (KNBS)* para coletar dados relacionados aos direitos humanos para o 16.10.1, junto com outras partes interessadas. Em seu relatório anual 2017–2018, o mais recente disponível ao público, a KNCHR relatou que havia recebido 3.437 denúncias de violações de direitos humanos por meio de seu *Sistema de gestão de reclamações (CMS)*, abrangendo direitos econômicos, sociais, culturais, cívicos e políticos. Receber reclamações e realizar investigações constitui uma das funções centrais da KNCHR. A Comissão também ressaltou que adotou recentemente um *memorando de entendimento (MoU)* junto ao KNBS para fortalecer a coleta, desagregação, disseminação e análise de dados.

Parcerias semelhantes foram formalizadas nas *Filipinas* e em outros lugares, com promessas de que serão discutidos na *Seção 5*.



# QUAL É O STATUS DOS DADOS E RELATÓRIOS DE 16.10.1 POR MEIO DE VNRS?

Apesar de muitas fontes de dados potenciais que poderiam fornecer casos verificados de assassinatos, sequestros, desaparecimentos aplicados, detenção arbitrária e tortura de defensores de direitos humanos, os dados oficialmente relatados para o 16.10.1 ainda são bastante limitados. Conforme destacado acima, há uma série de desafios relacionados à consistência dos relatórios entre os países, refletindo a falta de relatórios regulares e sistemáticos nos níveis nacional e regional. Existem vários mecanismos de monitoramento importantes, mas a maneira como eles relatam as informações varia muito, assim como sua capacidade de relatar violações com precisão em nível nacional. Como resultado disso, os dados relatados pela ONU para o indicador 16.10.1 são restritos de maneiras que prejudicam sua utilidade:

- O 16.10.1 não é relatado em nível nacional, mas em números agregados regionais.

- Os dados não permitem a identificação de grupos específicos, como defensores de direitos humanos de terras, ambientais e indígenas.
- Os casos relatados nos dados se limitam a assassinatos e desaparecimentos aplicados, sem dados sobre sequestro, detenção arbitrária ou tortura, conforme especificado no indicador.
- As fontes dos dados relatados não podem ser vistas, dificultando a identificação de boas práticas em relatórios estaduais.

As **tabelas 3 e 4** fornecem uma visão geral dos assassinatos relatados pelo ACNUDH para o indicador ODS 16.10.1, agregados de acordo com as regiões oficiais do ODS. A Tabela 3 lista todos os assassinatos relatados em 2019, o ano mais recente para o qual há dados disponíveis, e a **Tabela 4** mostra todos os assassinatos relatados pelo ACNUDH desde 2015.

**Tabela 3:** Assassinatos verificados de defensores de direitos humanos, inclusive sindicalistas e jornalistas, relatados no 16.10.1 para 2019

REGIÃO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
América Latina e Caribe	246	212	34
África Subsaariana	16	13	3
África do Norte e Ásia Ocidental	18	17	1
Ásia Central e Meridional	28	26	2
Leste e Sudeste Asiático	46	44	2
Europa e América do Norte	3	2	1
Oceania	0	0	0
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>314</b>	<b>43</b>

**Tabela 4:** Homicídios verificados de defensores de direitos humanos, inclusive sindicalistas e jornalistas, relatados no 16.10.1 de 2015 a 2019

REGIÃO	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
América Latina e Caribe	166	223	198	290	246	1.123
África Subsaariana	27	19	16	19	16	97
África do Norte e Ásia Ocidental	69	64	44	50	18	245
Ásia Central e Meridional	29	36	43	50	28	186
Leste e Sudeste Asiático	43	40	64	53	46	246
Europa e América do Norte	14	6	5	14	3	42
Oceania	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>388</b>	<b>370</b>	<b>476</b>	<b>357</b>	<b>1.940</b>

*A América Latina e o Caribe continuam sendo a região que relata o maior número de assassinatos verificados de defensores de direitos humanos*

Das agregações apresentadas no 16.10.1, emergem algumas tendências gerais. A América Latina e o Caribe continuam a ser a região que relata o maior número de assassinatos verificados de defensores de direitos humanos, inclusive sindicalistas e jornalistas. As regiões dos ODS cobrem áreas geográficas de forma desigual porte, com importantes variações populacionais, embora a normalização da população não seja considerada um elemento metodológico do 16.10.1. As mortes relatadas são predominantemente de homens e, nos últimos cinco anos, 2018 foi o mais mortal já registrado, com 476 assassinatos relatados em todo o mundo.

Como nenhum dado nacional está disponível no 16.10.1, é impossível saber como essas mortes foram distribuídas entre as regiões ou em quais países a violência contra DDHs foi mais grave. Da mesma forma, além dos agregados regionais de homens e mulheres mortos em cada região dos ODS, nenhuma desagregação adicional é possível a partir dos dados relatados.

De acordo com o ACNUDH, alguns dos dados incluídos no 16.10.1 vêm das fontes oficiais listadas acima: mecanismos de direitos humanos, procedimentos especiais e órgãos de tratados e o processo de UPR. Outros casos ocorrem por meio de órgãos regionais de direitos humanos, como os mecanismos interamericanos ou europeus de direitos humanos. Alguns casos são relatados ao ACNUDH diretamente pelos NHRIs, embora o ACNUDH relate esses casos como sendo muito limitados. A grande maioria dos casos relatados no 16.10.1 vem, em vez disso, de grandes redes da sociedade civil, inclusive o *Memorial DDH*, coordenado pela *Front Line Defenders (FLD)* e organizações como a *Global Witness* e a *Business & Human Rights Resource Center (BHRRC)*.

No entanto, devido aos limites da metodologia atual do 16.10.1 e ao fato de que os dados da sociedade civil não podem ser relatados como uma fonte oficial para o indicador, o ACNUDH desenvolveu um processo pelo qual verifica todos os casos relatados pela sociedade civil internamente. Os detalhes básicos de um ataque — quem, o que, onde e quando — geralmente podem ser confirmados por meio da identificação de fontes públicas múltiplas, independentes e confiáveis, embora o ACNUDH trabalhe com suas presenças de campo para aprofundar a questão de por que esse ataque acontecer e para confirmar que a vítima foi um alvo devido ao exercício dos direitos humanos. Por meio desse processo, o ACNUDH converte efetivamente os dados da sociedade civil em dados oficiais da ONU, que pode relatar por conta própria.

O ACNUDH mantém registro das fontes desses dados, assim como detalhes importantes sobre as vítimas. Ele opta por apresentar os dados regionalmente, no entanto, em vez de no nível do país, por razões de “disponibilidade desigual de dados”, já que muito mais dados são relatados na América Latina, Caribe e Sudeste Asiático do que na África ou Oceania, devido a vários motivos.<sup>4</sup> Para objetivos de comparabilidade técnica, o ACNUDH destaca que os dados em nível de país ainda não são tecnicamente sólidos ou defensáveis, embora haja esperança de que relatórios futuros incluam dados em nível de condado, mais informações sobre as vítimas e categorias de dados adicionais.

A necessidade de uma melhor desagregação dos dados de 16.10.1 também foi reconhecida pelos Estados membros, observa o ACNUDH. Atualmente, com a falta de categorias mais específicas que descreveriam melhor o trabalho e as atividades dos DDHs, os dados geralmente agrupam subcategorias importantes. O ACNUDH observa que metade dos assassinatos relatados em 2019 foram de pessoas que trabalhavam pelos direitos à terra ou pelos direitos dos povos indígenas e camponeses, mas que esse grupo se tornou uma espécie de guarda-chuva para LEDs, assim como para aqueles que trabalham com questões de combate à pobreza. Subcategorias mais bem definidas de DDHs, incluídas nos metadados de 16.10.1, notas do ACNUDH, ajudariam a ilustrar a escala das ameaças contra grupos e comunidades específicos.

Embora ter os dados agregados regionalmente relatados pelo ACNUDH seja preferível a não ter nenhum dado relatado — mesmo os dados regionais nos dizem que a violência está ocorrendo — os agregados regionais são eles próprios agregados de dados coletados em nível de país, onde sabemos que há uma quantidade significativa subnotificação de esses ataques. Embora a desagregação dos dados 16.10.1 seja importante para entender melhor os padrões de violência contra comunidades e grupos específicos, também é importante reconhecer que a desagregação no nível do país ou dos defensores por si só não resolve o problema de subnotificação, que está presente em todos os níveis.

*Como nenhum dado nacional está disponível no 16.10.1, é impossível saber como essas mortes foram distribuídas entre as regiões ou em quais países a violência contra DDHs foi mais grave.*

4 Em casos limitados em que um conjunto de dados em nível de país é considerado adequado para relatórios, o ACNUDH faz uso de números precisos. Em 2020, [ele publicou seu conjunto de dados 16.10.1 nas Filipinas em um relatório sobre a situação dos direitos humanos](#) no país, observando que “entre 2015 e 2019, pelo menos 248 defensores dos direitos humanos, profissionais do direito, jornalistas e sindicalistas foram mortos em relação ao seu trabalho”.

**Atores da sociedade civil, e não atores estatais, NHRIs ou mecanismos de direitos humanos, estão fornecendo a esmagadora maioria dos casos relatados no 16.10.1**

Além das crescentes demandas por dados desagregados em nível de país, há um crescente reconhecimento de que atores da sociedade civil, e não atores estatais, NHRIs ou mecanismos de direitos humanos, estão fornecendo a esmagadora maioria dos casos relatados no 16.10.1.

Na verdade, a sociedade civil atualmente fornece dados públicos, em nível de país, sobre a morte de defensores de direitos humanos e LEDs. **A Tabela 5** mostra os dados do ODS 16.10.1 juntamente com os dados do **Memorial DDH (via FLD)** e da **Global Witness** para 2019, todos agregados nas regiões dos ODS usadas para relatar o indicador.<sup>5</sup> É importante notar que *cada uma dessas iniciativas usa sua própria metodologia*, e que há diferenças nas definições e critérios usados pelo **Parceiros do Memorial DDH (inclusive a FLD)** e a Global Witness em seus processos de verificação.

Ainda que os números não possam ser comparados diretamente, os dados mostram até que ponto esses conjuntos de dados capturam a mesma realidade. Em alguns casos, o número de assassinatos relatados regionalmente pela FLD é quase idêntico ao relatado no 16.10.1, enquanto em outros casos ACNUDH ou FLD incluiu casos não considerados pelo outro. Os dados da Global Witness, por comparação, nos dão uma aproximação da participação de LEDs no número total de DDHs mortos na região. Como as fontes de dados 16.10.1 não são visíveis, não podemos determinar se todas as mortes de LED relatadas pela Global Witness são verificadas e incluídas no conjunto de dados do ACNUDH. Em um nível global, se todas as 212 mortes por LED relatadas fossem incluídas, elas constituiriam 59% das mortes por DDH relatadas no 16.10.1. Isso é somente ligeiramente acima da estimativa de 50% feita pelo ACNUDH.

**Tabela 5:** Assassinatos verificados de DDHs e LEDs em 2019, de acordo com os dados oficiais do ODS 16.10.1, FLD e Global Witness, agregados por regiões oficiais dos ODS

REGIÃO	ODS 16.10.1	FRONT LINE DEFENDERS/ MEMORIAL DDH, ASSASSINATOS DE DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS RELATANDO	GLOBAL WITNESS, RELATANDO MORTES DE LEDS
América Latina e Caribe	246	208	148
África Subsaariana	16	15	7
África do Norte e Ásia Ocidental	18	10	0
Ásia Central e Meridional	28	19	8
Leste e Sudeste Asiático	46	50	47
Europa e América do Norte	3	2	2
Oceania	0	0	0
<b>Total</b>	<b>357</b>	<b>304</b>	<b>212</b>

5 Embora o ACNUDH também use dados BHRRC, conforme mencionado acima, incluímos somente dados do Memorial DDH por meio de dados da FLD e da Global Witness aqui, já que os dados do BHRRC se concentram especificamente em ataques a DDHs relacionados aos negócios e são mais subgrupo específico do que ataques a todos os DDHs, fornecidos pela FLD, e aos LEDs, fornecidos pela Global Witness.

A **Tabela 6**, por comparação, mostra dados em nível de país sobre o assassinato de defensores dos direitos humanos, conforme coletadas e verificadas pelos parceiros do Memorial DDH e relatados pela FLD para 2019.

Ao desagregar os dados dentro dessas regiões maiores dos ODS, começamos a ver os países onde a violência está concentrada. Na América Latina, os parceiros do Memorial DDH, inclusive FLD, Programa Somos Defensores (Colômbia) e ACI Participa (Honduras), estimam que pelo menos 106 DDHs foram mortos somente na Colômbia, com mais 31 mortos em Honduras. Esses dois países respondem por 56% do total regional. Se o México e o Brasil, em cada um dos quais 23 defensores foram mortos, forem incluídos, os quatro países serão responsáveis por 74% das mortes de defensores de direitos humanos na América Latina em 2019. Da mesma forma, os dados em nível de país dos parceiros do Memorial DDH no Leste e Sudeste Asiático mostram que as Filipinas, onde 43 DDHs foram mortos naquele ano, representa 93% de todos os assassinatos naquela região. A situação nas Filipinas é alarmante para DDHs e não pode ser totalmente avaliada a partir dos dados regionais relatados no 16.10.1.

**Tabela 6:** Homicídios de DDHs em nível de país em 2019, coletados e verificados por parceiros do Memorial DDH, conforme relatado pela FLD

AMÉRICA LATINA E CARIBE	
República Dominicana	1
Haiti	1
Honduras	31
Costa Rica	1
El Salvador	1
Guatemala	15
México	23
Bolívia	1
Brasil	23
Colômbia	106
Equador	2
Peru	3
ÁFRICA SUBSAARIANA	
Burkina Faso	2
DRC	3
Gana	1
Quênia	2
Moçambique	1
África do Sul	5
Uganda	1
ÁFRICA DO NORTE E ÁSIA OCIDENTAL	
Argélia	1
Iraque	7
Síria	1
Emirados Árabes Unidos	1
ÁSIA CENTRAL E MERIDIONAL	
Afganistão	3
Índia	12
Paquistão	4

**56**  
dos 195 VNRs  
enviadas mencionaram  
a Meta 16.10

LESTE E SUDESTE ASIÁTICO	
China	2
Camboja	2
Indonésia	3
Filipinas	43
EUROPA E AMÉRICA DO NORTE	
Rússia	2
<b>Total</b>	<b>304</b>

Em seu Relatório de Progresso dos ODS para 2020, o Secretário-Geral observou que a ONU registrou pelo menos 1.940 assassinatos e 106 desaparecimentos aplicados de defensores de direitos humanos, inclusive jornalistas e sindicalistas, entre 2015 e 2019, incidentes que se espalharam por 81 países. No ano mais recente para o qual há dados disponíveis, 2019, a ONU relatou 357 assassinatos e 30 desaparecimentos aplicados em 47 países.

O número de países onde pelo menos um DDH foi morto desde 2015 não está disponível nos dados relatados no ODS 16.10.1, mas em 2020 o ACNUDH publicou um mapa mostrando os países onde pelo menos um desses assassinatos ocorreu nos últimos cinco anos. O mapa, que pretendia mostrar a abrangência dos ataques a defensores de direitos humanos, era uma forma de chamar a atenção dos Estados membros para essa questão, sem se aprofundar muito nos números. Embora o indicador às vezes possa parecer muito complexo ou muito técnico, explicou o ACNUDH, um mapa com nomes de países solicitou uma série de reações. Os Estados reagiram aos dados publicados e solicitaram esclarecimentos sobre os números relatados e a metodologia utilizada, que, como é o caso para todos os indicadores de ODS, havia sido aprovada pelos Estados membros.

*Quando os países perceberam que também aprovaram a metodologia de coleta de dados, o ACNUDH poderia perguntar: o que podemos fazer juntos para fortalecer os mecanismos de relatório e construir um conjunto de dados sólido em nível de país?*

Uma oportunidade crítica para relatar 16.10.1: Avaliações Nacionais Voluntárias

- Dos 162 países que enviaram VNRs desde 2015, somente 10 relataram dados no indicador 16.10.1 relativos a casos de ataques sobre e assassinatos de defensores de direitos humanos.
- Dos 10 países que relataram dados, somente três disseram que pelo menos um DDH foi atacado ou morto em seu país desde 2015.
- Somente 56 das 195 VNRs apresentadas mencionaram a Meta 16.10, relativa ao acesso à informação e à proteção das liberdades fundamentais; muitos deles se concentraram no primeiro.

As VNRs, que fazem parte do mecanismo de acompanhamento e revisão da Agenda 2030, são uma oportunidade importante para os Estados relatarem sobre a violência contra defensores de direitos humanos, sindicalistas e jornalistas. Nesse processo, os Estados são incentivados a realizar “análises regulares e inclusivas do progresso em nível nacional e subnacional, que são conduzidas e conduzidas pelo país”.

Essas VNRs atuam como base para as revisões realizadas na HLPF, a principal plataforma da ONU para acompanhamento e revisão dos ODS.

O processo de VNR, além de ser uma oportunidade de revisar o progresso rumo à Agenda 2030 em um país específico, oferece ao Estado em questão uma oportunidade de compartilhar experiências — sucessos, desafios e lições aprendidas — com vistas a acelerar a implementação dos ODS.

Em nossa análise de 195 VNRs apresentadas por 162 países à HLPF desde 2015, constatamos uma preocupante ausência de relatórios na 16.10, relativos ao acesso à informação e à proteção das liberdades fundamentais. Ainda que 56 países tenham mencionado a 16.10, muitos o fizeram somente de passagem ou se concentraram em esforços para tornar a informação mais disponível sem tocar na segunda metade da meta, relativa às liberdades fundamentais. Os dados relatados para o ODS 16.10.1 foram ainda mais preocupantes, com somente 10 países relatando dados para os indicadores, e somente três relatando que pelo menos um defensor dos direitos humanos, inclusive jornalistas e sindicalistas, havia sido atacado ou morto desde 2015. Dados os dados oficiais relatados pelo ACNUDH no 16.10.1 e os números coletados e verificados pelos parceiros do Memorial DDH e relatados pela FLD e pela Global Witness, entre outros, o número não começa a se aproximar da escala de violência contra DDHs em todo o mundo, mas sim um a falta de vontade e capacidade de informar sobre o indicador.

Embora 10 países tenham relatado números para o ODS 16.10.1, muitos desses números eram parciais, aproximados ou, em alguns casos, extremamente altos, levantando questões sobre como esses ataques e assassinatos estavam sendo verificados ou contados. Em outros casos, os países forneceram dados proxy ou explicaram por que os relatórios no 16.10.1 provaram ser um desafio.

A **Indonésia**, em sua VNR 2019, apresentou dados proxy, relatando que havia documentado 6.069 casos de violações de direitos humanos entre 2015 e 2018. Nenhuma informação adicional foi fornecida sobre ataques ou assassinatos de defensores de direitos humanos.

O Memorial DDH coordenado pela Front Line Defenders registrou três mortes de defensores dos direitos humanos na Indonésia em 2019.

O **Nepal**, em sua VNR de 2017, não relatou dados, mas observou "grandes discrepâncias em alguns dados registrados pelo governo e ONGs, em particular sobre violência, crime, tráfico humano, violações dos direitos humanos e corrupção".

A **Nigéria**, em sua VNR 2020, relatou um número cumulativo surpreendente de 13.331 casos para o ODS 16.10.1, abrangendo os anos de 2016-2018 e citando a Força Policial da Nigéria como fonte de dados.

O **Brasil**, em sua VNR 2017, não fez menção ao 16.10.1 ou de DDHs, mas disse que a sociedade civil estava liderando o trabalho na promoção dos direitos humanos.

Com dados do Memorial DDH, a Front Line Defenders relatou a morte de 65 DDHs no Brasil em 2017.

O **Estado da Palestina**, em sua VNR 2018, relatou números somente para jornalistas, observando que houve 134 violações dos direitos dos jornalistas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza em 2016.

Os **Países Baixos**, em sua VNR 2017, não relatou dados sobre si mesmo, mas afirmou que havia apoiado 50.000 vítimas de violações de direitos humanos na Tunísia, Colômbia e Iêmen.

*Nenhuma das VNRs revisadas deu atenção detalhada ao indicador ou a onde os dados foram relatados e, em vez de esclarecer a situação dos DDHs, muitas vezes levantaram mais questões sobre como os números foram relatados.*

# 13.331

**casos para o ODS**

**16.10.1** *relatados pela Força Policial da Nigéria para os anos de 2016-2018*

**81**  
das VNRs  
mencionaram  
a existência de um  
órgão nacional  
independente de  
direitos humanos  
no país

Essas preocupações foram refletidas em outros indicadores de direitos humanos incluídos nos ODS 16; por exemplo, o indicador 16.a.1, que diz respeito à existência de NHRIs independentes em conformidade com os Princípios de Paris. Embora seja um indicador relativamente simples, poucos países o relataram, mesmo em vários casos em que se sabe da existência de uma NHRI certificada. Das 195 VNRs revisadas, somente 57 fizeram menção explícita ao indicador 16.a.1 ou à meta dos ODS 16.a sobre o fortalecimento das instituições nacionais. Um total encorajador de 81 das VNRs mencionou a existência de um órgão nacional independente de direitos humanos no país, embora somente 43 deles vinculassem a menção da NHRI aos ODS 16.a.1.

Dos 162 países que enviaram uma VNR desde 2015, 109 estabeleceram NHRIs credenciados junto à GANHRI. No entanto, somente 50 relatórios desses países mencionaram a existência de uma NHRI, apesar de alguns dos países terem apresentado VNRs mais de uma vez. Embora algumas omissões possam ser atribuídas ao ano em que a VNR foi apresentada (Filipinas, por exemplo, não relatou NHRIs em 2016, em seguida, relatou dois em seu relatório de 2020, observando que o primeiro foi estabelecido somente em 2016), na maioria dos casos NHRIs são omitidos dos relatórios de VNR, mesmo quando estão ativos e funcionando. Alguns exemplos são fornecidos abaixo.

O **Egito**, em sua VNR 2018, não fez menção a uma NHRI, apesar de seu Conselho Nacional de Direitos Humanos (NCHR) ter existido desde 2006.

Em sua VNR 2020, a **Finlândia** não fez menção à Instituição Nacional de Direitos Humanos da Finlândia, embora tenha sido credenciada em 2014.

A **Colômbia** não mencionou sua NHRI — a Defensoría del Pueblo — em sua VNR de 2016 ou 2018, apesar de ser um dos maiores e mais avançados membros da GANHRI.

Em sua VNR 2019, **Camarões** não mencionou sua *Comissão Nacional de Direitos Humanos e Liberdades (CNDHL)*, embora sua existência remonte a 1990.

O **México** não mencionou sua NHRI, a Comisión Nacional de los Derechos Humanos (CNDH) em sua VNR de 2016, mas a incluiu em sua VNR de 2018.

A falta de relatórios em 16.a.1 representa uma oportunidade perdida pelos Estados de destacar o trabalho que está sendo feito por suas respectivas NHRIs para monitorar e proteger os direitos humanos em nível nacional, enquanto, cada vez mais, monitoram e relatam casos de violência contra DDH, documentado por meio de 16.10.1.



# TRABALHANDO JUNTOS, PARA ONDE VAMOS A PARTIR DAQUI?

Apesar da falta sistemática de Estado, dados relatados no indicador de 16.10.1 e relatórios insatisfatórios nas VNRs sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, uma série de esforços paralelos estão empenhados em melhorar a situação.

Este relatório visa reafirmar o papel primordial do Estado como o detentor da responsabilidade pela implementação e proteção do exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por parte de seus cidadãos. Da mesma forma, a responsabilidade de proteger a vida daqueles que são visados pelo exercício desses direitos, muitas vezes em conexão com a defesa da terra, do meio ambiente, do clima e dos recursos naturais, recai diretamente sobre o Estado. Isso foi detalhado em uma série de tratados internacionais juridicamente vinculativos e ainda reforçado em várias declarações, convenções regionais e leis nacionais. Além disso, o papel central que os DDHs têm na promoção de uma sociedade pacífica e inclusiva foi amplamente reconhecido em tratados globais e, mais recentemente, incorporado diretamente na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os ODS 16 são um compromisso transversal com a paz, a justiça e instituições fortes, e sua realização fundamenta nosso potencial para atingir uma série de outras metas delineadas nos ODS.

Mas, como acontece com muitos dos objetivos delineados na Agenda 2030, o monitoramento de uma questão tão importante, sensível, complexa e que consome muitos recursos como a violência perpetrada contra DDHs nunca pode ser realizado por um único ator.

## ESFORÇOS DA SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil continuou a se organizar para melhorar sua própria coleta de dados, um esforço refletido no fato de que a ONU continua a contar com as OSCs para a maioria dos dados de 16.10.1.

Nos últimos três anos, o Grupo de Trabalho de Dados, um grupo de organizações pertencentes à Aliança para defensores fundiários, indígenas e ambientais (ALLIED), tem trabalhado para implementar uma metodologia conjunta comunicação de incidentes de ataques a LEDs. O grupo tem quase 20 membros, variando de coletores de dados da sociedade civil local a iniciativas de monitoramento regional e bancos de dados globais sobre ataques e assassinatos. Ele é coliderado pela International Land Coalition (ILC) e BHRRC, e inclui a Global Witness e a FLD, que junto com o BHRRC são comumente citados como fontes globais de dados no 16.10.1. Ele inclui a Indigenous Peoples Rights International (IPRI), uma organização global de povos indígenas que dados recolhe sobre a criminalização dos defensores indígenas de direitos humanos,

*Uma abordagem conjunta para coleta de dados pode aliviar a pressão sobre institutos nacionais com recursos escassos e também pode assegurar a presença e a perspectiva de atores da sociedade civil*

e uma série de outros coletores de dados regional e nacional — a Asian ONG Coalition (ANGOC), o Centro Mexicano de Derecho Ambiental (Cemda), Justiça Natural, La Unidad de Protección a Defensoras y Defensores de Derechos Humanos - Guatemala (UDEFEQUA), Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP), o Atlas Justiça Ambiental (EJ-Atlas), a Environmental Law Alliance Worldwide (ELAW) e outros — trabalhando para ataques de documentos sobre os defensores de seus próprios contextos. Trabalhando em cinco países-piloto, o grupo está atualmente construindo um conjunto de dados global integrado que combina informações sobre ataques verificados a LEDs de diversas fontes, mesclando-os por meio de um modelo e linguagem comuns que estão alinhados com 16.10.1. Os dados, recolhidos por meio da plataforma LANDex, incluem o tipo de ataque, grupo ou comunidade filiação, alegado infrator, os direitos sendo defendida e setor empresarial envolvido, quando aplicável.

Muitas outras organizações locais, nacionais e regionais, que atualmente não fazem parte do Grupo de Trabalho de Dados, também estão fazendo um trabalho importante para monitorar e coletar casos de ataques a defensores dos direitos humanos e defensores fundiários e ambientais: Tierra de Resistentes e IM-Defensoras na América Latina, assim como o Portal Asiático de DDHs, uma iniciativa do Fórum Asiático para Direitos Humanos e Desenvolvimento (anteriormente conhecido como FORUM-ASIA), entre outros.

Além disso, várias redes de defensores dos direitos humanos em outras partes do mundo, inclusive, mas não se limitando à rede Pan-Africana de Defensores dos Direitos Humanos e a Rede Ásia-Pacífico de Defensores do Meio Ambiente, estão fornecendo apoio aos defensores sob ameaça e alguns estão capturando dados sobre ataques no processo.

## PLANO DE AÇÃO GLOBAL: GANHRI, ACNUDH E NSOs

A estratégia global proposta pelo ACNUDH e pela GANHRI é aquela pela qual as instituições nacionais são fortalecidas e as parcerias entre os institutos nacionais de estatística (NSOs) e os NHRIs são formalizadas. Essas parcerias foram formadas em países como Quênia, Colômbia e Filipinas, e esperam que MoUs semelhantes entre NSOs e NHRIs fortaleçam a notificação de casos que poderiam ser usados para o ODS 16.10.1. No caso das Filipinas, a Autoridade de Estatística e a NHRI concordaram em designar esta última como fornecedora nacional de dados para o 16.10.1. No Quênia, o ACNUDH conseguiu fornecer ao NHRI um subsídio inicial que foi usado para ajudá-lo a compilar dados nacionais, com o apoio do escritório nacional de estatística, integrando seus próprios dados com dados da polícia e da sociedade civil. Este é um modelo que o ACNUDH espera replicar em outros países.

O Plano de Ação Global proposto por GANHRI reforçará estes objetivos e delineará melhor o papel de NHRIs na recolha de dados para o ODS 16.10.1, conforme detalhado na Declaração de Marrakech. Esse compromisso com a comunicação se estenderá para NHRIs oferecendo apoio aos Estados na elaboração dos seus VNRs.

Com base na avaliação das necessidades realizada por GANHRI, o plano vai primeiro ser incorporado regional e, em seguida, a nível nacional, com o objetivo de criar um quadro descrito por GANHRI como de longo prazo, em vez de tempo-limite. Com base em experiências positivas com NHRIs mais avançadas em termos de coleta de dados, como as do México ou da Colômbia, esta estratégia global deve ajudar as NHRIs a estabelecer uma metodologia comum para relatar dados, com base no ODS 16.10.1

O Plano de Ação Global estabelecido pela GANHRI reconhece a capacidade única de seus membros de gerar dados confiáveis e independentes sobre a implementação de padrões de direitos humanos no terreno. Não pretende isentar os Estados de suas responsabilidades, mas sim apoiar e reforçar essas responsabilidades.

O papel da sociedade civil neste processo foi reconhecido como central, mas também sensível. No nível nacional, a GANHRI espera que as NHRIs se envolvam diretamente com as OSC, desenvolvendo sua capacidade de coletar dados que possam ser refletidos na compilação de conjuntos de dados nacionais. Uma abordagem conjunta para coleta de dados pode aliviar a pressão sobre os institutos nacionais com poucos recursos e também pode assegurar a presença e a perspectiva de atores da sociedade civil, inclusive um foco em subcategorias de DDH, como mulheres, povos indígenas e terras e defensores dos direitos ambientais. Da mesma forma, de acordo com o ACNUDH, embora alguns atores estatais possam hesitar em reconhecer dados da sociedade civil, um NSO pode estar disposto a reconhecer dados que foram primeiro validados por uma NHRI.

*Perguntas difíceis permanecem: como proteger as entidades da sociedade civil — alvo de seu trabalho para monitor de violência contra defensores dos direitos humanos —, apoiando os seus esforços e reconhecendo suas grandes contribuições para dados do ODS 16.10.1?*

O ACNUDH reconhece a necessidade de proteger as OSCs engajadas na coleta de dados, muitas das quais foram atacadas por seu trabalho com o órgão da ONU. Esse é um problema que está sendo examinado caso a caso, buscando envolver OSCs confiáveis em um processo de contextualização do indicador 16.10.1, facilitando o fluxo de informações entre essas organizações e NHRIs e NSOs. As relações construídas entre estas organizações estão sujeitas à influência política dos governos, mas o ACNUDH espera que eles, juntamente com GANHRI, pode facilitar a participação de diversos atores nos processos em torno de indicadores de direitos humanos, não só o 16.10.1, protegendo as OSC e seu papel importante na promoção e defesa dos direitos humanos.

Mesmo que a sociedade civil tenha se tornado a autoridade efetiva em relação a violações contra defensores dos direitos humanos, a responsabilidade de monitorar a situação dos defensores, documentar ataques e ameaças contra eles e proteger seu direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa pertence ao Estado. O trabalho dos Estados membros pode ser ainda mais orientado, desenvolvido e incentivado pelo trabalho do ACNUDH e da ONU de forma mais ampla.

*Mesmo se a sociedade civil tornou-se a autoridade efetiva em relação a violações contra defensores dos direitos humanos, a responsabilidade de monitorar a situação dos defensores, documentar ataques e ameaças contra eles e proteger seu direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa pertence ao Estado.*

*O assassinato de um defensor dos direitos humanos representa um ataque direto ao espaço cívico e uma afronta às liberdades fundamentais que sustentam uma sociedade pacífica, inclusiva e sustentável*

## OLHANDO PARA O FUTURO

Para proteger efetivamente os defensores dos direitos humanos, os Estados precisam, antes de mais nada, melhorar a vontade política e a capacidade de monitorar a violência ameaçada ou perpetrada contra eles. Com base na pesquisa feita para este relatório, o Grupo de Trabalho de Dados da ALLIED apresenta as seguintes recomendações.

■ **Os Estados precisam desenvolver e manter mecanismos que colem e dados do relatório sobre os ataques contra defensores dos direitos humanos**, usando esta informação para informar as políticas mais eficazes e mecanismos de proteção para reduzir ataques a esses defensores.

■ **As agências e órgãos denunciante precisam tornar o trabalho de grupos particularmente vulneráveis**, inclusive defensores de direitos humanos indígenas, ambientais e de terras, **mais visível**, destacando os problemas e desafios envolvidos neste trabalho e avaliando como os apoios existentes para esses grupos podem ser melhorados.

■ **A nível global, a ONU deve relatar dados em nível de país onde esses dados estão disponíveis**, reconhecendo as limitações dos dados, mas também destacando situações que são especialmente relativas, embora reconhecendo países declarantes.

■ **Os Estados devem desenvolver e apoiar as NHRIs que aderem ao Princípio de Paris**, promovendo seu papel como órgãos de monitoramento independentes e autorizados, engajados na coleta de dados com o apoio de órgãos estaduais, conforme descrito na Declaração de Marrakech.

■ **Os Estados e as agências relatoras precisam reconhecer e proteger a importante função desempenhada pelos coletores de dados da sociedade civil**, envolvendo-os por meio de mecanismos oficiais de notificação e apoiando sua função contínua como consultores nesses processos.

■ **Globalmente, é essencial desenvolver um banco de dados em conformidade com 16.10.1** que capture — de forma segura, participativa e inclusiva — os casos verificados de assassinatos, ameaças e ataques a defensores de direitos humanos, especialmente os defensores de direitos sobre a terra, ambientais e indígenas dos povos, com dados gerados pelos diversos atores em muitos níveis.

■ **Os esforços internacionais para fazer avançar a Agenda 2030 devem levar em consideração os dados disponíveis (ou indisponíveis) por meio do indicador 16.10.1** ao fornecer ajuda ao desenvolvimento e avaliar seu impacto, buscando abordar as causas desses ataques.

À medida que a comunidade global trabalha em conjunto para a Agenda 2030 e os ODS 16, promovendo sociedades pacíficas e inclusivas e, mais especificamente, para a Meta 16.10, que visa proteger as liberdades fundamentais, o Grupo de Trabalho de Dados ALLIED pede atenção específica ao indicador 16.10.1.

O assassinato de um defensor dos direitos humanos representa um ataque direto ao espaço cívico e uma afronta às liberdades fundamentais que sustentam uma sociedade pacífica, inclusiva e sustentável. Até que esses indivíduos e suas comunidades estejam seguros e sejam capazes de trabalhar e viver em um ambiente seguro e propício, o progresso em direção aos ODS não pode ser totalmente realizado ou considerado verdadeiramente sustentável.





---

## STRATEGIC PARTERS AND CORE DONORS





**INTERNATIONAL LAND COALITION SECRETARIAT c/o IFAD**

Via Paolo di Dono 44, 00142-Roma, Itália tel. +39 06 5459 2445

fax +39 06 5459 3445 [info@landcoalition.org](mailto:info@landcoalition.org) | [www.landcoalition.org](http://www.landcoalition.org)